

Em contabilidade pública, a melhoria homóloga do défice do conjunto da Administração Central e da Segurança Social resultou quase exclusivamente da redução do défice do subsector Estado, continuando contudo a verificar-se uma trajectória de correcção orçamental insuficiente para assegurar o objectivo de 5,9% de défice para este ano, que não através do recurso a medidas temporárias e one-offs. Em contas nacionais, a estimativa da UTAO para o défice acumulado até ao 3.º trimestre (a apurar pelo INE no final de Dezembro) aponta para um valor de défice das administrações públicas em torno de 7% do PIB.

Apreciação Global

1 O défice do conjunto da administração central e da segurança social melhorou face ao período homólogo. Com efeito, até Outubro de 2011 esse défice ascendeu a 6549 M€, melhorando 3383 M€ face ao período homólogo de 2010 (2933 M€, caso se excluísse o efeito da operação de cessão de créditos, no âmbito da transferência dos fundos de pensões da PT para a CGA).

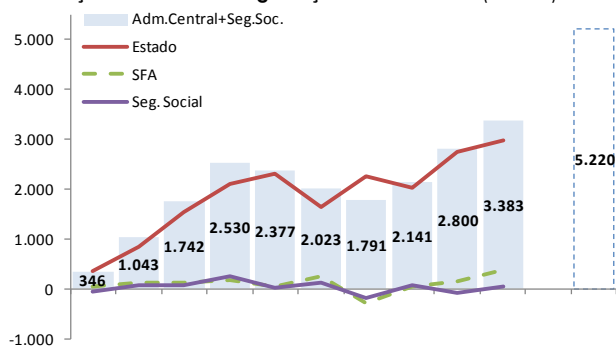
Tabela 1. Saldo global por subsectores - Administração Central e da Segurança Social (em M€)

Subsector	2010	2011	Varição Homóloga
Estado	-11 868	-8 900	2 968
Serviços e Fundos Autónomos	935	1 313	378
Saldo da Administração Central	-10 933	-7 588	3 346
Segurança Social	1 001	1 039	38
Saldo da Adm. Central + Seg. Social	-9 932	-6 549	3 383
Saldo A. Central + S. Social Ajustado Fundo PT	-9 932	-6 999	2 933

Fonte: DGO. Cálculos da UTAO. | Notas: A despesa efectiva dos SFA em 2010 encontra-se subestimada pela ausência de reporte de despesas com pessoal de alguns estabelecimentos de saúde, num montante não disponibilizado pela DGO. O montante líquido considerado no ajustamento relativo à transferência do Fundo de Pensões da PT foi de 450 M€.

2 A correcção do défice orçamental acentuou-se nos últimos três meses, pese embora o abrandamento da redução do défice do subsector Estado no mês de Outubro. Desde Agosto, o défice da administração central e da segurança social, já se reduziu 1592 M€, em termos homólogos acumulados, comparativamente com a melhoria de 1791 M€ verificada nos primeiros sete meses do ano. Para este resultado contribuiu sobretudo o subsector Estado, apesar desse contributo ter registado em Outubro um abrandamento de 496 M€, face ao mês anterior. Não obstante este abrandamento, o subsector Estado continua a ser determinante no esforço de correcção orçamental para 2011, justificando até Outubro a quase totalidade da redução do défice da administração central e da segurança social.

Gráfico 1. Evolução da variação homóloga acumulada do saldo da Administração Central e da Segurança Social em 2011 (em M€)



Fonte: DGO. Cálculos da UTAO.

3 Apesar do esforço de correcção orçamental, o cumprimento da meta para 2011, definida no relatório do OE/2012, estará fortemente dependente da concretização de medidas temporárias e one-offs nos últimos dois meses do ano.

Até Outubro apenas foi atingido 65% do (novo) objectivo anual de redução do défice da administração central e da segurança social. Na óptica da contabilidade pública, o objectivo para do défice da administração central e segurança social para 2011 foi actualizado para 6275 M€ (3,7% do PIB), no âmbito do relatório da proposta do OE/2012. Para que se cumpra este objectivo, será necessário que até ao final do ano o conjunto daqueles subsectores atinja um excedente de pelo menos 274M€. Refira-se, porém, que até ao final do ano prevê-se um efeito significativo decorrente de medidas temporárias e one-offs, com destaque para a receita proveniente da transferência dos fundos de pensões do sector bancário, da introdução de uma sobretaxa extraordinária em sede de IRS e do aumento das taxas do IVA sobre a electricidade e o gás natural.

Serviços Integrados do Estado

4 O saldo global do Estado atingiu um défice provisório de 8900 M€, melhorando 2968 M€ face ao período homólogo do ano anterior. Esta melhoria teria sido superior em 669 M€, caso a receita e a despesa efectiva tivessem crescido, de forma linear, ao ritmo implícito no OE/2011 para o conjunto do ano (6% no caso da receita e -4,7% no caso da despesa corrigida da dotação relativa ao material militar de sub-superfície).

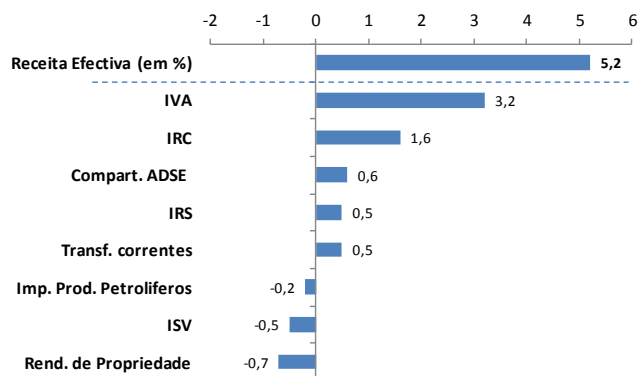
Tabela 2. Execução Orçamental do Subsector Estado

	Milhões de Euros		Variação 2010/2011		Por memória: Tx Cresc. OE2011 (%)
	2010	2011	Tvha (%)	Contr. p/ tvha (p.p.)	
1. Receita Corrente	28.465,3	30.190,4	6,1	6,0	5,4
Receitas fiscais	25.930,3	27.284,6	5,2	4,7	3,8
Impostos Directos - dos quais:	10.675,6	11.313,7	6,0	2,2	1,5
IRS	6.958,7	7.093,6	1,9	0,5	7,2
IRC	3.704,8	4.172,7	12,6	1,6	-8,9
Impostos Indirectos - dos quais:	15.254,7	15.970,9	4,7	2,5	5,4
IVA	9.737,1	10.671,5	9,6	3,2	9,1
Receitas correntes não fiscais	2.535,0	2.905,8	14,6	1,3	21,8
2. Receita de Capital	523,0	293,8	-43,8	-0,8	32,1
3. Receita Efectiva (1+2)	28.988,3	30.484,2	5,2	5,2	6,0
4. Despesa Corrente Primária - da qual:	33.363,2	31.130,0	-6,7	-5,5	-7,0
Despesas com o pessoal - das quais	9.003,7	8.055,3	-10,5	-2,3	-15,5
Remunerações Certas e Perman.	6.672,3	6.213,7	-6,9	-1,1	-10,6
Aquisição bens e serviços correntes	950,3	1.224,5	28,9	0,7	34,1
Transferências correntes	22.758,7	21.281,8	-6,5	-3,6	-7,3
5. Despesa de Capital - da qual:	2.342,3	2.502,6	6,8	0,4	5,3
Transferências de capital	2.016,1	2.201,6	9,2	0,5	41,2
6. Despesa Primária (4+5)	35.705,6	33.632,5	-5,8	-5,1	-5,9
7. Juros e outros encargos	5.150,9	5.751,9	11,7	1,5	26,7
8. Despesa Efectiva (6+7)	40.856,4	39.384,4	-3,6	-3,6	-2,7
9. Saldo Primário (3-6)	-6.717,3	-3.148,3	:	:	:
10. Saldo Global (3-8)	-11.868,1	-8.900,2	:	:	:
Ajustamentos na despesa:					
A. Nova forma de contabilização das despesas com a ADSE:					
Despesas com o pessoal - das quais:	8.547,0	8.055,3	-5,8	-1,2	n.c.
Segurança Social	1.462,4	1.500,5	2,6	0,1	n.c.
Aquisição bens e serviços correntes	1.407,0	1.224,5	-13,0	-0,4	n.c.
B. Objectivos OE/2011, excluindo a dotação relativa à aquisição de material militar de sub-superfície *					
Despesa de Capital - da qual:	2.342,3	2.502,6	6,8	0,4	-19,8
Despesa Primária	35.705,6	33.632,5	-5,8	-5,1	-8,1
Despesa Efectiva	40.856,4	39.384,4	-3,6	-3,6	-4,7

Fonte: DGO. Cálculos da UTAO. Nota: * A taxa de crescimento do OE/2011 ajustada exclui a dotação relativa à aquisição de material militar de sub-superfície, cujo pagamento acabou por ocorrer ainda em 2010. As taxas de crescimento implícitas ao OE/2011 foram calculadas tendo por referência os dados da Conta Geral do Estado de 2010. | n.c. - não comparável.

5 A receita efectiva encontra-se a crescer abaixo do ritmo implícito no OE/2011, devido ao comportamento da receita não fiscal. A receita efectiva registou um crescimento de 5,2% em termos homólogos, ficando 0,8 p.p. abaixo do ritmo implícito no OE/2011 (6%). Esta evolução encontra-se sustentada na receita fiscal – a qual cresceu 5,2% em termos homólogos, encontrando-se 1,4 p.p. acima do crescimento implícito do OE/2011 (3,8%).

Gráfico 2. Principais contributos para a variação homóloga da receita efectiva do Estado (em pontos percentuais)



Fonte: DGO. Cálculos da UTAO.

6 No mês de Outubro registou-se uma desaceleração da receita fiscal, devido ao abrandamento na cobrança líquida de impostos directos. A desaceleração na cobrança líquida dos impostos directos face ao mês anterior, a qual reflecte essencialmente a evolução do IRC, mais que compensou a aceleração registada na cobrança líquida dos impostos indirectos, em particular, ao nível do IVA, IT e do IUC, o que se veio a traduzir numa degradação da cobrança da receita fiscal (em Setembro, a tvha foi de 5,4%).

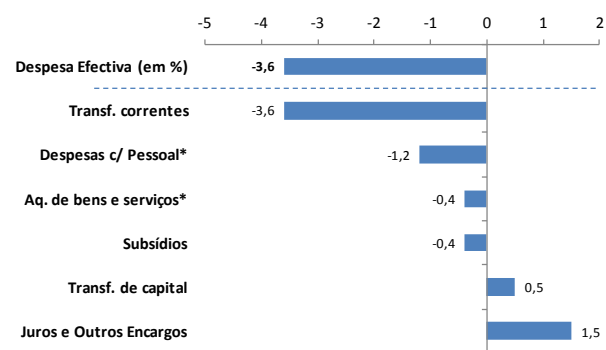
7 O IVA continua a assumir um papel fundamental para o crescimento da receita efectiva, evidenciando um contributo de 3,2 p.p. para o crescimento de 5,2% na receita efectiva. No entanto, convém assinalar que a melhoria registada na tvha do IVA face ao mês anterior reflecte essencialmente a desaceleração registada nos reembolsos (em 2,2 p.p.), uma vez que a taxa de crescimento acumulada da receita bruta deste imposto desacelerou 0,1 p.p. face ao mês anterior.

8 A receita de capital e a receita corrente não fiscal encontram-se abaixo do crescimento implícito no OE/2011. A receita corrente não fiscal cresceu 14,8%, um ritmo bastante inferior aos 21,8% previstos no OE/2011, o que é explicado, em grande medida, pela quebra dos dividendos recebidos, bem como, por menores participações para a ADSE do que o implícito no OE/2011.

9 A redução na despesa efectiva do Estado (-3,6%) encontra-se acima do objectivo implícito no OE/2011, mas aquém do objectivo corrigido da dotação respeitante ao material militar de sub-superfície (-4,7%).

10 A redução homóloga da despesa efectiva do Estado encontra-se alicerçada no contributo da despesa corrente primária, tendo sido atenuada pelo aumento da despesa de capital e dos "juros e outros encargos". A despesa corrente primária contribuiu com 5,5 p.p. para a redução da despesa efectiva (3,6%), mais que compensando o aumento da despesa com juros e outros encargos (contributo de 1,5 p.p.) e da despesa de capital (0,4 p.p.). No entanto, convém referir que a redução da despesa corrente primária (-6,7%) se encontra 0,3 p.p. abaixo do objectivo implícito no OE/2011 (-7%).

Gráfico 3. Principais contributos para a variação homóloga da despesa efectiva do Estado (em pontos percentuais)



Fonte: DGO. Cálculos da UTAO. | Nota: * Valores ajustados do novo método de contabilização das despesas com a ADSE, com impacto ao nível das despesas com pessoal na aquisição de bens e serviços.

11 Os maiores contributos para a redução da despesa corrente primária resultaram do efeito de menores transferências correntes e da redução das despesas com o pessoal e com a aquisição de bens e serviços. Neste âmbito, convém assinalar o decréscimo das transferências correntes para outros subsectores das administrações públicas, das despesas com o pessoal e dos encargos com a aquisição de bens e serviços (estas duas últimas rubricas, ajustadas do efeito da nova forma de contabilização da ADSE), com contributos de 3,6, 1,2 e 0,4 p.p., respectivamente, para a redução da despesa efectiva do Estado. No entanto, assinala-se que a variação homóloga não ajustada das despesas com pessoal (-10,5%) se encontra aquém do objectivo implícito no OE/2011 (-15,5%).

12 O acréscimo na despesa de capital deveu-se essencialmente ao aumento das transferências de capital. A despesa de capital registou um crescimento homólogo de 6,8%, situando-se bastante acima do objectivo implícito ajustado da já referida dotação de 1000 M€ para aquisição de material militar de sub-superfície (-19,8%), o qual se deve essencialmente ao aumento das transferências de capital, por efeito da regularização de responsabilidades a concessionárias de infra-estruturas rodoviárias ocorrida em Julho.

13 A execução da despesa com juros e outros encargos encontra-se abaixo do crescimento implícito no OE/2011. Os juros e outros encargos aumentaram 11,7% em termos homólogos, uma variação inferior à prevista no OE/2011 (26,7%). Com efeito, o grau de execução deste agrupamento encontra-se 3,3 p.p. abaixo do respectivo padrão médio de execução orçamental nos últimos 4 anos – ver Tabela 3. Para efeitos de comparabilidade, refira-se que, se os juros e outros encargos tivessem sido pagos de forma uniforme (em 2010 e 2011), a despesa efectiva ter-se-ia reduzido apenas 2,4% (em vez de 3,6%).

14 Em Outubro acentuou-se o desvio do grau de execução da despesa efectiva face ao padrão médio. O grau de execução da despesa efectiva até Outubro situou-se 1,5 p.p. acima do padrão médio de execução orçamental dos últimos quatro anos. Trata-se do maior desvio acima daquele referencial registado no corrente ano, evidenciando um aumento de 1 p.p. face ao verificado no mês anterior. Apesar do menor desvio da despesa corrente primária, induzida pela aquisição de bens e serviços e pelas transferências correntes, a forte redução do desvio favorável dos juros, contribuiu para que em Outubro se acentuasse o desvio de execução orçamental da despesa. Em termos acumulados, os maiores desvios ocorrem na despesa com pessoal, aquisição de bens e serviços e despesa de capital. Note-se a dotação orçamental corrigida

até Outubro não reflecte ainda o reforço das dotações de despesa constantes na 2.ª alteração à lei do OE/2011 (Lei n.º 60-A/2011 de 30 de Novembro), facto que conduzirá a uma atenuação dos desvios de execução.

Tabela 3. Desvio face ao padrão médio de execução orçamental
(em pontos percentuais)

	Jan-Mar.11	Jan-Jun.11	Jan-Set.11	Jan-Out.11
Despesa Efectiva	-0,9	1,3	0,5	1,5
1. Despesa Corrente Primária	0,5	1,3	0,9	0,6
Despesa Pessoal	1,3	4,3	4,0	4,1
Remun. Certas e Permanentes	0,9	1,9	2,6	2,9
Abonos Variáveis ou Eventuais	-0,1	-1,1	-0,3	0,2
Segurança Social	4,5	13,2	11,9	10,2
Aq. Bens e Serviços	4,2	6,9	5,6	5,1
Trf. Correntes	0,3	0,6	1,1	0,9
Subsídios	0,4	-1,0	-20,9	-34,2
Outra desp. Corrente	-8,9	-19,0	-23,2	-23,8
2. Despesa de Capital	-4,3	17,0	13,2	12,2
3. Juros	-5,5	-10,0	-11,1	-3,3

Fonte: DGO. Cálculos da UTAO.

Nota: O padrão médio de execução representa a média aritmética simples dos graus de execução dos 4 anos anteriores, tal como apurados pela DGO. Um desvio negativo significa que o grau de execução apurado encontra-se abaixo daquele referencial médio. Um desvio positivo significa o oposto.

15 Os empréstimos concedidos a empresas públicas em Outubro registaram o menor aumento do ano. Aqueles empréstimos a empresas públicas, para apoio a tesouraria registaram em Outubro um aumento de 6,9 M€, elevando para 1655 M€ o total de empréstimos concedido no corrente ano. A UTAO não dispõe da distribuição destes empréstimos dentro e fora do perímetro de consolidação em contas nacionais para o mês de Outubro. Ver em anexo a análise (detalhada por empresa) da evolução no 3.º trimestre.

Serviços e Fundos Autónomos

16 A análise da execução orçamental dos serviços e fundos autónomos face ao período homólogo (Tabela 4) encontra-se prejudicada por dois factores. Por um lado, a ausência de reporte, em 2010, de despesas com pessoal referentes a alguns estabelecimentos de saúde. Por outro lado, a operação de cessão de créditos da CGA à Caixa Leasing e Factoring, através da qual se obteve uma antecipação da respectiva receita relativa à transferência dos fundos de pensões da PT. Essa operação foi objecto de uma renegociação que se traduziu num aumento dos níveis de receita e despesa em 144,2 M€, face ao montante previsto na alínea b) no n.º 2 do art. 2.º do Decreto-Lei n.º 140-B/2010, de 30 de Dezembro.

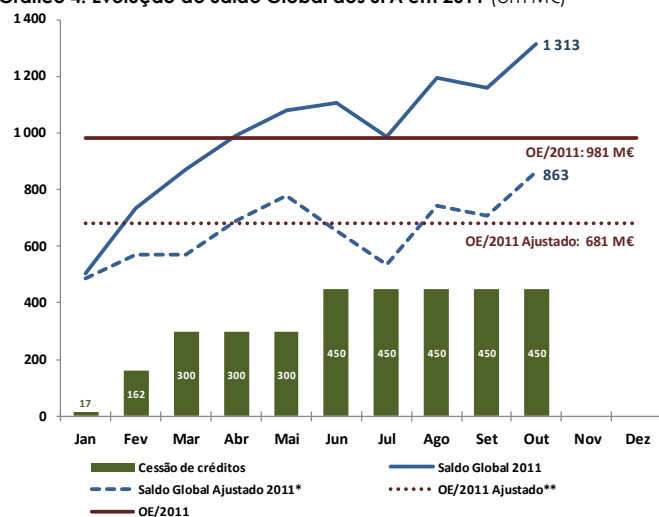
17 O saldo global ajustado dos serviços e fundos autónomos reduziu-se em termos homólogos, mantendo-se contudo acima do implícito no OE/2011. O saldo global dos SFA atingiu um excedente orçamental de 1312,7 M€, dos quais 450 M€ resultam do efeito da referida operação de cessão de créditos. Ajustado dessa operação, o saldo ascendeu a cerca de 862,7 M€, apresentando um desvio positivo face ao saldo ajustado implícito ao OE/2011 (681 M€) – Gráfico 4 –. Contudo, em termos homólogos o saldo ajustado da referida operação de cessão de créditos apresenta uma variação negativa de 72 M€.

Tabela 4. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Milhões de Euros		Tvha (%)	CTVHA (p.p.)		P. m.: Tx Cresc. OE/2011 (%)
	2010	2011		Total	do qual: SNS	
1. Receita Corrente	18.320,5	18.271,8	-0,3	-0,3	-2,2	0,2
Contribuições p/ S. Social, CGA e ADSE	3.291,7	3.086,2	-6,2	-1,1	:	0,0
2. Receita de Capital	947,7	1.362,0	43,7	2,2	0,0	-55,1
Transferências de capital	915,1	1.346,0	47,1	2,2	0,0	n.d.
Outras transferências de capital	15,6	605,8	3.785,4	3,1	0,0	n.d.
3. Receita Efectiva (1+2)	19.268,2	19.633,8	1,9	1,9	-2,2	-6,9
4. Despesa Corrente	17.506,7	17.379,1	-0,7	-0,7	-1,0	-3,7
Despesas com o pessoal	2.081,5	2.231,9	7,2	0,8	1,0	0,2
Aquisição de bens e serviços	6.958,1	6.566,5	-5,6	-2,1	-1,7	-12,6
Transferências correntes	8.050,9	8.165,4	1,4	0,6	0,0	1,5
5. Despesa de Capital	826,8	942,1	13,9	0,6	0,2	10,7
Transferências de capital	619,0	713,0	15,2	0,5	0,1	-5,2
Outras transferências de capital	543,3	660,8	21,6	0,6	0,1	n.d.
6. Despesa Efectiva (4+5)	18.333,4	18.321,2	-0,1	-0,1	-0,8	-3,0
7. Saldo Global (3-6)	934,8	1.312,7				
Ajustamento relativo à operação de cessão de créditos:						
Impacto no saldo global	0,0	450,0				
Receita de capital ajustada	947,7	767,8	-19,0	-0,9		
Receita efectiva ajustada	19.268,2	19.039,6	-1,2	-1,2		
Despesa de capital ajustada	826,8	797,9	-3,5	-0,2		
Despesa efectiva ajustada	18.333,4	18.177,0	-0,9	-0,9		
Saldo global ajustado	934,8	862,7				

Fonte: DGO. Cálculos da UTAO. | Nota: ctvha - contributo para a taxa de variação homóloga acumulada. A despesa efectiva dos SFA, em 2010, encontra-se subestimada pela ausência de reporte de despesas com pessoal de alguns estabelecimentos de saúde. | As taxas de crescimento implícitas ao OE/2011 foram calculadas tendo por referência os dados da CGE/2010.

Gráfico 4. Evolução do Saldo Global dos SFA em 2011 (em M€)



Fonte: DGO. Cálculos da UTAO.

Notas: * Excluindo o impacto da operação de cessão de créditos à Caixa Leasing e Factoring; ** Excluindo a dotação inscrita no OE/2011 relativa à incorporação dos Fundos de Pensões da PT na CGA (300 M€).

18 Embora a despesa efectiva se encontre influenciada pelos factores referidos no ponto 16, salienta-se:

- A diminuição da despesa com a aquisição de bens e serviços (-5,6%) encontra-se ainda bastante aquém da redução de 12,6% implícita no OE/2011;¹
- O crescimento de 7,2% registado ao nível das despesas com pessoal encontra-se sobrestimado (ver ponto 16). De acordo com a DGO, em termos comparáveis, regista-se uma diminuição de 6,6%.

¹ Esta redução encontra-se sustentada na diminuição da despesa do SNS com: comparticipação de medicamentos, aquisição de produtos farmacêuticos e meios complementares de diagnóstico e terapêutica.

19 O saldo global da segurança social registou uma melhoria homóloga, invertendo o comportamento negativo verificado até ao final de Setembro. Entre Janeiro e Outubro de 2011, o subsector da Segurança Social gerou um excedente orçamental de 1039 M€ (38 M€ acima do registado no período homólogo de 2010). Entre Janeiro e Setembro a variação homóloga tinha sido negativa (-85 M€), pelo que, o saldo registado no mês de Outubro foi determinante para esta inversão. O saldo global supera em 74 M€ o que se registaria se a receita e da despesa evoluíssem de acordo com o ritmo implícito no OE/2011.

20 A variação homóloga acumulada da receita e da despesa efectiva melhorou face ao mês anterior. No final de Outubro, a receita efectiva acumulada registou uma variação homóloga nula e a despesa efectiva uma redução de 0,2%; o que representa uma evolução positiva face ao verificado até Setembro (-0,5% e 0%, respectivamente). Face ao implícito no OE/2011, regista-se um desvio negativo na evolução da receita efectiva (-0,9 p.p.) o qual é mais do que compensado por um desvio favorável ao nível da despesa efectiva (1,3 p.p.).

21 Ao nível da receita, os factos mais relevantes foram os seguintes:

- **A receita proveniente de contribuições e quotizações encontra-se em desaceleração, tendo-se alargado o desvio face ao crescimento implícito no OE/2011.** A receita oriunda de contribuições e quotizações apresenta crescimento homólogo de 2,6%. No entanto, esta rubrica regista um desvio negativo de 2,1 p.p. face à previsão de crescimento subjacente ao OE/2011. Nos últimos meses, este diferencial negativo tem vindo a acentuar-se em consequência da desaceleração do crescimento da receita proveniente de contribuições e quotizações;
- **O crescimento das transferências do Fundo Social Europeu (FSE) compensou parte da redução das transferências correntes da administração central.** A aceleração do ritmo de crescimento das transferências do FSE elevou a respectiva taxa de variação homóloga desta receita para 9,2 p.p. acima do implícito no OE/2011; o crescimento desta receita compensou em cerca de metade a diminuição verificada nas transferências correntes da administração central;
- Em linha com o implícito no OE/2011, verifica-se uma redução nas transferências correntes da administração central (-12,7%), nomeadamente no âmbito da Lei de Bases da Segurança Social (-13%).

22 A despesa efectiva registou uma redução homóloga de 0,2%, comparando favoravelmente com o aumento de 1,1% previsto no OE/2011. Não obstante o aumento da despesa com pensões em 3,1% (contributo de 1,9 p.p.), mantém-se a tendência de diminuição das prestações sociais (contributo de -1,1 p.p.), sobretudo por via da redução da despesa com subsídio familiar a crianças e jovens (-1,5 p.p.), subsídio de desemprego (-0,8 p.p.) e rendimento social de inserção (-0,5 p.p.). Continua a registar-se um aumento da despesa com acções de formação profissional, particularmente as suportadas pelo Fundo Social Europeu (1,1 p.p.).²

² O EUROSTAT estima que a taxa de desemprego tenha ascendido a 12,9% em Outubro (+0,6 p.p. em termos homólogos). As mais recentes previsões da OCDE indicam a persistência do crescimento da taxa de desemprego (2011: 12,5%; 2012: 13,8%; 2013: 14,2%). Contudo, tem-se registado uma redução da despesa com as prestações de desemprego e apoio ao emprego em virtude da alteração das regras de acesso a este tipo de prestações.

Tabela 5. Execução Orçamental da Segurança Social

	Milhões de Euros		Variação 2010-11		Por memória: Tx Cresc. OE/2011 (%)
	2010	2011	Tvha (%)	Contr. p/ tvha (p.p.)	
1. Receita Corrente - da qual:	19 577,3	19 599,6	0,1	0,1	0,8
Contribuições e quotizações	10 999,1	11 282,7	2,6	1,4	4,7
Transf. correntes da Ad. Central	6 570,2	5 736,8	-12,7	-4,3	-12,3
— Financ. da Lei de Bases da SS	6 439,1	5 601,1	-13,0	-4,3	n.d.
Transf. do Fundo Social Europeu	722,7	1 134,7	57,0	2,1	47,8
Outras receitas correntes	703,9	849,4	20,7	0,7	8,9
2. Receita de Capital	26,1	3,2	-87,5	-0,1	52,2
3. Receita Efectiva (1+2)	19 603,4	19 602,8	0,0	0,0	0,9
4. Despesa Corrente - da qual:	18 584,0	18 547,5	-0,2	-0,2	1,1
Prestações Sociais	16 723,9	16 522,7	-1,2	-1,1	-0,4
Pensões	10 980,2	11 324,6	3,1	1,9	2,9
Sub. familiar a crianças e jovens	841,7	563,1	-33,1	-1,5	-23,9
Sub. desemprego e apoio ao emp.	1 874,9	1 719,4	-8,3	-0,8	-7,1
Rendimento Social de Inserção	448,2	347,2	-22,5	-0,5	-23,1
Acções de Formação Profissional	992,9	1 211,3	22,0	1,2	31,5
— das quais: c/ suporte no FSE	802,4	1 014,7	26,5	1,1	39,2
5. Despesa de Capital	17,9	16,4	-8,8	0,0	35,2
6. Despesa Efectiva (4+5)	18 602,0	18 563,9	-0,2	-0,2	1,1
7. Saldo Global (3-6)	1 001,4	1 038,9			

Fonte: DGO. Cálculos da UTAO.

Dívida não financeira das AP e outras Entidades

23 Pelo segundo mês consecutivo registou-se uma redução do stock de encargos assumidos e não pagos (EANP) das administrações públicas. Em Setembro, o stock de EANP ascendeu a 6.630 M€, menos 86 M€ que o verificado em Agosto e menos 289 M€ face a Julho. Para este resultado, contribuiu a diminuição em 107 M€ dos EANP da administração local, que mais que compensou o aumento verificado na administração central e administração regional, respectivamente em 11 e 21 M€. Por subsectores, a administração local apesar de continuar a apresentar o maior peso no total de EANP (58%), não obstante em redução desde Maio. Em contraste, a administração regional tem vindo a apresentar aumento persistente de EANP, cujo peso em Setembro representava já 30% do total das AP, mais 7 p.p. que o verificado em Maio.

24 Apesar da redução do stock de EANP verificou-se em Setembro um novo aumento dos "pagamentos em atraso". O total das dívidas por pagar há mais de 90 dias ascendeu, em Setembro, a 5440 M€ (Tabela 6). Este valor reflecte um aumento de 517 M€ face a Junho, sendo que quase 1/3 da acumulação destas dívidas ocorreu no mês de Setembro. Para este resultado contribuíram em muito as administrações públicas (com quase 2/3), com particular destaque para a administração regional e administração central, incluindo o subsector da saúde (dos 166 M€ de acumulação dos pagamentos em atraso, verificados no mês de Setembro, 105 M€ foram devidos quase na totalidade àqueles subsectores). O restante 1/3 concentrou-se nos hospitais EPE (64 M€).

25 O aumento dos atrasos nos pagamentos domésticos das administrações públicas implicou o incumprimento do objectivo de redução definido no Memorando de Entendimento Técnico (MET). A acumulação de dívidas por pagar há mais de 90 dias verificada desde Junho ficou a dever-se à administração regional. Até Setembro, o aumento das dívidas deste subsector ascendeu a 122 M€, correspondendo a 2/3 do aumento verificado nas administrações públicas (188 M€). No conjunto mais alargado das dívidas das administrações públicas e outras entidades públicas, o aumento nos "pagamentos em atraso" entre Junho

e Setembro atingiu os 517M€, dos quais quase 2/3 (64,5%) foram da responsabilidade dos hospitais EPE (333M€).

Tabela 6 – Pagamentos em atraso até Setembro 2011 (dívidas por pagar há mais de 90 dias; em milhões de euros)

	30 de Junho 2011			30 de Setembro 2011		
	Stock (1.ª Est.)*	Revisão	Stock Revisto	Stock	acumulação ou aumento Desde Ago.11 Desde Jun.11	
Administrações Públicas (Total consolidado)	2 696	496	3 192	3 380	105	188
Admin. Central excl. Subsector da Saúde	312	0	312	313	40	1
Subsector da Saúde	240	106	346	385	23	39
Entidades públicas reclassificadas	58	0	58	99	5	40
Administração Regional	634	295	929	1 052	69	122
Administração Local	1 623	97	1 720	1 715	-6	-5
Outras Entidades	1 357	373	1 731	2 060	61	329
Empresas públicas não reclassificadas	13	0	13	8	-3	-4
Hospitais EPE	1 345	373	1 718	2 051	64	333
Administrações Públicas e outras entidades	4 054	869	4 923	5 440	166	517

Fonte: DGO. Cálculos da UTAO. | * Estimativa apresentada na Síntese de Execução Orçamental da DGO de Setembro de 2011 respeitante ao mês de Junho de 2011.

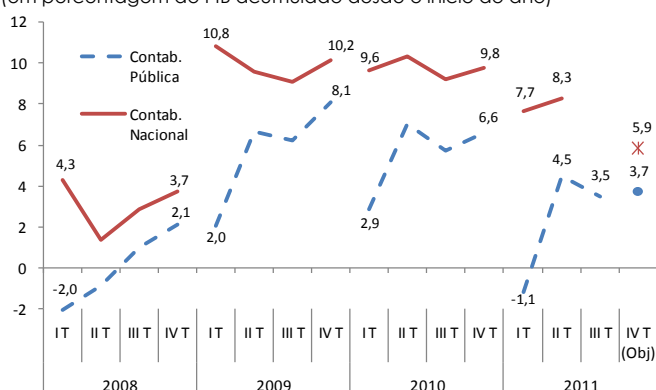
26 A sucessiva revisão em alta do apuramento dos "pagamentos em atraso" prejudica a aferição do cumprimento do objectivo de redução destas dívidas. O stock de pagamentos em atraso foi revisto recentemente em mais 869 M€. Esta revisão em alta das dívidas por pagar há mais de 90 dias acentuou-se sobretudo com a divulgação da última síntese de execução orçamental da DGO. Mais de metade dessa revisão (55%) deveu-se ao sector da saúde, com particular destaque para as dívidas dos hospitais EPE (43%, num total de 373 M€), sendo o restante relativo às dívidas da administração regional e local, em especial, a respeitante à administração regional (34%).

Estimativa de défice das AP em contas nacionais

27 Condicional à informação disponível, a UTAO estima que até ao 3.º trimestre, o défice das administrações públicas se situe em torno de 7% do PIB gerado no período. Esta estimativa não leva em consideração eventuais operações one-off que possam vir a ser apuradas pela autoridade estatística.

28 Nos dois últimos anos, o défice até ao terceiro trimestre abrandou face ao trimestre precedente. Mantendo-se esse padrão, o défice em contabilidade nacional para o 3.º trimestre (acumulado desde o início do ano) situar-se-ia entre 3,0 a 4,0 p.p. acima do défice em contabilidade pública, isto é, atingiria um peso no PIB entre os 6,5 e os 7,5%.

Gráfico 5 – Evolução intra-anual do défice das administrações públicas (em percentagem do PIB acumulado desde o início do ano)³



Fonte: INE (Contas Nacionais Trimestrais dos Sectores Institucionais) para os dados em Contabilidade Nacional e Direcção-Geral do Orçamento (Síntese da Execução Orçamental) para os dados em Contabilidade Pública. Nota: Os défices em contabilidade pública correspondem aos divulgados na Síntese de Execução Orçamental do respectivo período tendo, em alguns casos, sido objecto de ajustamento posterior à sua divulgação. O objectivo para o défice público do 2011 corresponde ao definido no âmbito do Programa de Assistência Financeira, o qual obedece à metodologia do Procedimento dos Défices Excessivos, i.e. inclui os rendimentos de swaps e forward rate agreements.

29 Com base na informação orçamental e estatística do presente ano, a UTAO estima que a dimensão do ajustamento entre o défice em contabilidade pública e o défice em contas nacionais possa ascender a aproximadamente 3 p.p. do PIB até ao 3.º trimestre. O valor deste ajustamento a crescer ao défice em contabilidade pública já apurado para as administrações públicas para o conjunto dos três primeiros trimestres do ano (4423M€, equivalente a 3,5% do PIB gerado no período) dará origem a um défice em contas nacionais em torno dos 7% do PIB (apontando o valor central do intervalo da estimativa para 6,7%). Este resultado representará uma redução do défice em 1,6 p.p. do PIB face ao apurado no 1.º semestre, mas ainda assim, 0,8 p.p. do PIB abaixo do objectivo do défice para 2011.

Tabela 7 – Estimativa de saldo orçamental em contas nacionais

(em percentagem do PIB acumulado desde o início do ano)³

	2011 (OE/2012)	Jan-Set.11 (estimativa)
1. Saldo em Contabilidade Pública	-3,7	-3,5
Administração Central e Segurança Social	-3,7	-3,6
Administração Regional e Local	-0,1	0,1
2. Ajust. de passagem a Contab. Nacional	-2,1	-3,2
Diferenças de universo	-1,4	-1,0
Especializ. do exercício (Aj. Caixa-Compromissos)	-0,4	-2,1
Impostos e contribuições sociais	0,1	-0,5
Dif. entre juros pagos e devidos	-0,3	-0,6
Outros desfasamentos temporais	-0,2	-1,0
Outros Ajustamentos	-0,3	-0,1
3. Saldo em Contabilidade Nacional (1+2)	-5,9	-6,7

Fontes: DGO, BdP e IGCP. | Nota: Esta estimativa teve por base informação disponibilizada nas Sínteses de Execução Orçamental da DGO, sistemas aplicativos da DGO, informação do IGCP, para além de informação divulgada no boletim estatístico do Banco de Portugal. Por se tratar de uma estimativa, anterior apuramento pela autoridade estatística nacional, a ocorrer a 29 de Dezembro, a UTAO estimou algumas variáveis de ajustamento, que incorporou neste exercício, designadamente: o valor nominal do PIB trimestral (não ajustado de sazonalidade), o défice das Entidades Públicas Reclassificadas (EPR) e a receita cobrada líquida do IVA relativa ao mês de Novembro.

30 A especialização do exercício (caixa-compromissos) é responsável pela principal diferença entre as duas ópticas contabilísticas. O registo segundo a especialização do exercício poderá representar 2/3 do total dos ajustamentos entre a óptica da contabilidade pública e a óptica de contas nacionais. Neste domínio destacam-se, os "outros desfasamentos temporais", nos quais se incluem o ajustamento caixa-compromissos da CGA e do SNS, a variação de encargos assumidos e não pagos, entre outros. Para os restantes dois grupos de ajustamento, estima-se que as "diferenças de universo", que reflectem as necessidades líquidas de financiamento das EPR possam representar 1 p.p. do PIB, enquanto os "outros ajustamentos" terão impacto marginal (0,1 p.p.) do PIB.

31 O cumprimento do objectivo orçamental de 5,9% não seria possível, sem a adopção de medidas adicionais de consolidação orçamental para 2011. Estima-se que o défice público entre Janeiro e Setembro represente aproximadamente 85% do objectivo definido para 2011. Em média, esta proporção foi de 61% nos seis anos anteriores, tendo sido cerca de 70% em 2010, ano em que foram igualmente consideradas operações de natureza extraordinária, nomeadamente a transferência de fundos de pensões que beneficiou o défice em 1,2 p.p. do PIB. Acresce igualmente que o padrão observado em anos anteriores indica que o défice do 4.º trimestre tem sido habitualmente superior ao registado no trimestre precedente.

³ Dado que o PIB nominal (não ajustado de sazonalidade) do 3.º trimestre só será divulgado no final de Dezembro, o valor relativo ao terceiro trimestre de 2011 foi estimado tendo por base a estimativa da Comissão Europeia de Novembro de 2011 e o peso dos trimestres homólogos no total anual.

ANEXO

Empréstimos a empresas públicas no 3.º trimestre

32 As empresas que se encontram fora do perímetro de consolidação das administrações públicas amortizaram uma parte substancial dos empréstimos anteriormente concedidos pelo Estado. No 3.º trimestre verificou-se um aumento dos empréstimos concedidos pelo Estado às empresas públicas. Porém, o aumento líquido de 66,2 M€ tem subjacente o reembolso dos empréstimos que tinham sido concedidos às empresas que se encontram fora do perímetro das administrações públicas (-266,4 M€) e novos empréstimos concedidos às restantes (332,6 M€), com destaque para as empresas de transportes públicos.

Tabela 8 - Empréstimos concedidos pelo Estado a empresas públicas não financeiras (em milhares de euros)

Perímetro Adm. Púb.	Empresa	Stock em 31/Dez/2010	Stock em 30/Jun/2011	Fluxo líq. do 3.º trim.	Stock em 30/Set/2011
S	REFER	0	434.000	36.000	470.000
S	Metro do Porto	0	175.000	200.000	375.000
S	Metropolitano de Lisboa	0	117.000	92.000	209.000
S	RTP	0	150.000	0	150.000
S	EP - Estradas de Portugal	130.000	130.000	0	130.000
N	CP	0	250.000	-184.405	65.595
N	ENVC	43.000	56.000	0	56.000
N	CARRIS	0	14.000	15.500	29.500
S	OPART	0	9.850	3.500	13.350
S	Empresa de Meios Aéreos	0	8.000	0	8.000
S	Teatro Nacional S. João	0	2.225	1.100	3.325
N	Teatro Nacional D. Maria II	0	1.000	1.550	2.550
N	EDIA	0	82.500	-82.500	0
N	TRANSTEJO	0	16.500	-16.500	0
S	Sociedades Polis	4.496	6.900	0	6.900
Total		177.496	1.452.975	66.245	1.519.220
No perímetro Adm. Públicas		134.496	1.032.975	332.600	1.365.575
Fora do perímetro Adm. Públicas		43.000	420.000	-266.355	153.645

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (Esforço Financeiro do Estado – Informação trimestral sobre empréstimos concedidos a empresas públicas não financeiras).

33 O reembolso daqueles empréstimos permitirá reduzir o risco de um impacte orçamental. Com efeito, de acordo com informação prestada pelo Secretário de Estado do Orçamento na reunião da COFAP realizada no passado dia 30 de Setembro, os apoios à tesouraria de empresas públicas que se encontram fora do perímetro de consolidação em contabilidade nacional serão revertidos até ao final do ano, pelo que não será de esperar um impacto no défice e dívida públicas.

34 A substituição de créditos tradicionais do sector bancário por empréstimos do Estado a empresas do perímetro das administrações públicas deverá intensificar-se até ao final do ano. No âmbito da 2.ª alteração à Lei do OE/2011, encontra-se previsto um aumento de cerca de 8200 M€ do valor empréstimos financeiros a entidades públicas, destacando-se, entre outros, o montante de 3300 M€ para as empresas Estradas de Portugal, Metropolitano de Lisboa e Metro de Porto e de 3000 M€ destinados às sociedades veículos da reestruturação financeira do BPN.